

DIVISÃO ÁFRICA: AS DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O CONTINENTE AFRICANO DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964 – 1985)

Mariana SCHLICKMANN¹

RESUMO: O presente artigo busca compreender como a ditadura civil-militar no Brasil elaborou sua política externa para o continente africano entre 1964 e 1985. Através principalmente de fontes bibliográficas, a intenção do texto é mostrar as ações do governo ditatorial e do Ministério das Relações Internacionais perante os desafios de estabelecer relacionamentos políticos e econômicos com diversos países da África ao sul do Saara.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar. História das Relações Internacionais. África. Estudos Africanos.

INTRODUÇÃO

Para se compreender o desenvolvimento das relações entre o Brasil e o continente africano durante a Ditadura civil-militar, é preciso recuar um pouco no tempo, uma vez que essas histórias cruzam-se e complementam-se. Além disso, faz-se necessário compreender alguns conceitos caros ao campo de estudo, já que este artigo abarca o debate sobre as relações entre Brasil e África, dentro do âmbito da história política e das culturas políticas.

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis – SC – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História na linha de Culturas Políticas e Sociabilidades. Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros. mariana.schli@gmail.com

As culturas políticas podem ser entendidas como o “[...] conjunto de valores, tradições, práticas, representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado.” (MOTTA, 2009, p.21). Para Serge Bernstein:

Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento de sua história. (BERNSTEIN, 2009, p.31).

Por isso, além do passado, esse conjunto de práticas também pode influenciar e moldar projetos políticos planejados para o futuro. Por sua vez, a história política não é sinônimo de história do Estado, ela é a análise dos processos que abrangem o poder, no âmbito individual e coletivo, nas tensões e lutas que estas implicam e nas ideias que as embasam e orientam (SIRINELLI, 2016). Assim, esse texto engloba as diretrizes da política externa brasileira para todo o continente africano, como também os agentes que as colocaram em prática, os impactos e resultados dessas ações.

De acordo com Saraiva (2012), as primeiras ações de retomada de contato com o continente africano após o fim do tráfico de pessoas escravizadas ocorrerem no Itamaraty, em 1946, no governo de Gaspar Dutra. Este movimento foi realizado através de acordos comerciais com a África do Sul. Contudo, tanto Roquinaldo Ferreira (2013) quanto Claudio Ribeiro (2004) afirmam que o Brasil manteve ligações com o norte da África através de um consulado no Marrocos, instalado em 1861. Pio Penna Filho, com base em outros documentos, indica as relações do Brasil com a África do Sul, o qual é o primeiro país ao sul do deserto do Saara a estabelecer vinculações com o Brasil:

O Brasil começou a se aproximar da União Sul-Africana em 1918, com a criação de um Consulado de Carreira na Cidade do Cabo. Embora o primeiro cônsul de carreira só tenha assumido o seu posto em 1926, o gesto do governo brasileiro demonstrou o seu interesse em estreitar as relações comerciais com a União Sul-Africana, ampliando o horizonte

do intercâmbio comercial do Brasil com uma região economicamente próspera e estrategicamente significativa. Do ponto de vista estritamente político, as relações entre Brasil e África do Sul foram estabelecidas apenas em 1947-1948, com a abertura, respectivamente, de uma representação diplomática sul-africana no Rio de Janeiro e da Legação brasileira em Pretória. (PENNA FILHO, 2001, p.69).

A criação de um Consulado de Carreira, em 1918, possuía finalidade estritamente comercial até a década de 1940, quando as relações políticas, lideradas pelo Ministério das Relações Exteriores foram iniciadas. Assim, sobre a África Austral, Saraiva (2012) está correto ao afirmar que a retomada de contato com o continente africano ocorreu, da perspectiva política, somente na década de 1940, mais precisamente em 1948, com a abertura da Legação Brasileira em Pretória.

Os laços do Brasil com a África do Sul foram mantidos pelo governo de maneira discreta, uma vez que os países possuíam divergências ideológicas a respeito da integração de diferentes populações em seus territórios. O primeiro pregava a “democracia racial”, ao mesmo tempo em que o segundo vivia sob o regime de *Apartheid*, ou seja, de segregação racial institucionalizada.

Esse mito da “democracia racial” é atribuído em geral a Gilberto Freyre (1900-1987), um dos mais proeminentes pesquisadores na década de 1930, e autor de duas obras clássicas do período: *Casa Grande & Senzala, de 1933* e *Sobrados e Mocambos*, publicada em 1936. Nessas obras, Freyre sugere que a mestiçagem – antes condenada pelas teorias do racismo científico do final do século XIX² – era a marca característica da identidade nacional brasileira. Gilberto Freyre entendia a mestiçagem como algo positivo, que devia a ser incentivado, pois proporcionava a convivência harmoniosa das três “raças” que construíram o país (indígena, africana e europeia).

O fato é que somente na década de 1960, no governo de João Goulart, o Brasil voltou-se para África e buscou realizar um grande investimento com a criação, em 1961, da Divisão de África no Itamaraty e a abertura de três embaixadas em países africanos: Accra (Gana), Dacar (Senegal) e Lagos (Nigéria). A escolha desses locais pautou-se em uma perspectiva estratégica, tendo em vista que Dacar, no Senegal, era um grande centro intelectual e exercia influência em toda a África de colonização francesa. Já a Nigéria, país mais populoso e rico em recursos naturais, era idealizado pelo governo como um futuro parceiro

² Maiores informações sobre estas teorias em Schwarcz (1993).

comercial. Por sua vez, Gana consistia em centro estratégico na África Ocidental, detentora de grande expressão política e maior exportadora de cacau do mundo. É válido destacar também que a embaixada de Gana recebeu o primeiro embaixador negro brasileiro, o jornalista Raymundo de Sousa Dantas.³

Nesse mesmo ano, ocorreu a exposição flutuante do navio-escola Custódio de Mello, organizada pelo MRE e Ministério da Marinha, viajando pela costa ocidental africana durante alguns meses com a finalidade de apresentar o Brasil e alguns produtos disponíveis para comercialização (SARAIVA, 2012).

Ainda em 1961, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) foi criado através do Decreto 50.465, de 14 de abril de 1961, subordinado diretamente à Presidência da República e localizado dentro do Ministério da Educação, no Palácio Capanema, Rio de Janeiro. O IBEAA era presidido por Cândido Mendes de Almeida, reconhecido cientista social, e tinha como principal função assessorar a Presidência nas relações entre Brasil e África, sem interferência e pressão do colonialismo português. O Instituto auxiliou, por exemplo, na formação de uma política de relações comerciais com África, como afirma Oliveira (1987), através das reuniões de debate sobre relações econômicas Brasil-África.

ANOS DE CHUMBO: AS RELAÇÕES APÓS O GOLPE DE 1964

O dinamismo das ações voltadas para o continente africano foi interrompido com o golpe militar sofrido no Brasil em 1964. Humberto de Alencar Castello Branco, o primeiro presidente do período militar, reverteu os avanços na diversificação das relações com outros países e voltou-se para a tradicional prática de alinhamento com os Estados Unidos e com Portugal. Castello Branco assumiu uma postura anticomunista, e as movimentações do MRE tiveram essa característica como base.

A não nomeação de um substituto para a embaixada em Gana após o retorno de Raymundo Sousa Dantas, que lá permaneceu entre 1961 e 1963, tornou-se exemplo da falta de formulação de uma política para a relação com o continente africano. O cargo vago de diplomata só foi ocupado novamente em 1967. Vale registrar que as embaixadas criadas nos governos anteriores ao golpe foram mantidas no governo de Castello Branco, porém desconsideradas

³ Raymundo de Sousa Dantas (1965) relatou sua experiência como embaixador no livro *África Difícil: Missão Condenada – Diário*, obra em que descreveu as dificuldades enfrentadas, o racismo do Itamaraty e o abandono sofrido pela embaixada.

prioridade na pauta do Itamaraty. Além disso, o IBEEA também foi extinto em 1964.

O segundo presidente militar brasileiro foi Marechal Arthur da Costa e Silva, que governou de 1967 a 1969,⁴ período de reformulações nas diretrizes do Itamaraty, pois a Política Externa Independente, implantada por seu antecessor, não obteve sucesso, pondo o país em condição ainda mais dependente nas relações com os Estados Unidos. Assim, foi posto em prática o projeto nomeado pelo governo de Diplomacia da Prosperidade, anulando o alinhamento automático com os EUA, ao menos na teoria, – sem romper qualquer tipo de relação com o país –, e buscando novas alianças políticas e comerciais com países desenvolvidos e em desenvolvimento, relevando as diferenças ideológicas.

O desafio da presidência foi combater a inflação e a estagnação econômica, e para isso, o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) foi adotado com o intuito do “[...] desenvolvimento econômico e social do país, passando a executar uma política de facilitação das exportações por meio de isenções fiscais e da abertura de linhas de crédito.” (SANTANA, 2003, p.115). Essa facilitação de exportações ampliou expressivamente o comércio exterior do brasileiro, que passou a ser planejado pelo Conselho de Comércio Exterior (CONCEX) e executado pelo Itamaraty, de modo a assegurar relacionamentos comerciais do Brasil em consonância com os interesses políticos e diplomáticos (OLIVEIRA, 1987). Almejando novos mercados, uma inflexão aos países do Terceiro Mundo foi posta em prática, conduzindo o Brasil a integrar o movimento Sul-Sul.

Esse movimento interligou-se com o Movimento dos Não-Alinhados, o Grupo dos 77 e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), um esforço coletivo de pressionar a redução do controle e influência das grandes potências na economia e comércio mundial. Junto com México e Índia, o Brasil assumiu papel de destaque na coordenação de uma coalização terceiro-mundista que buscava condições de competição comercial mais justas perante os países mais desenvolvidos.

Mesmo o interesse do Brasil nas relações Sul-Sul sendo mercantil naquele momento, alguns passos na esfera política tornaram-se necessários para que o país se mostrasse confiável e solidário aos demais. Por isso, uma postura mais crítica ao colonialismo foi adotada, menos ao colonialismo português. Embora a Diplomacia da Prosperidade adotada pelo Marechal Costa e Silva tenha aberto

⁴ A título de informação, cabe notar que Costa e Silva representava a ultradireita das Forças Armadas, responsável pela implantação do Ato Institucional número 5 (AI-5), que dava plenos poderes ao presidente, como a cassação de mandatos políticos, o fechamento do Congresso Nacional, além da institucionalização da repressão do governo.

um diálogo com outros países do Terceiro Mundo e timidamente recolocado o continente africano na agenda do MRE, ela pouco alterou a situação de apoio incondicional às práticas colonialistas do governo de Salazar, em especial nas lutas de independência de Angola e Moçambique (SARAIVA, 2012).

O Brasil continuava ao lado de Portugal por diversos motivos, entre eles a forte pressão exercida pelo governo português e pelos imigrantes portugueses para a manutenção dos laços; a expectativa brasileira que Portugal intermediasse o acesso de produtos nacionais ao mercado europeu e que também tivesse acesso às importantes reservas minerais das colônias portuguesas, em especial ao petróleo recém-descoberto em Angola.

Importa destacar que a movimentação e os esforços da diplomacia brasileira em esquadrihar novos parceiros resultaram em sucesso, e as exportações brasileiras aumentaram exponencialmente, crescendo em média 19,7% ao ano e com aumento da participação africana (SANTANA, 2004).

Dos países africanos em relacionamento comercial com o Brasil, os mais expressivos no período de 1967 a 1969 foram os da região da África do Norte (Argélia e Marrocos), África do Sul, Angola, Moçambique, Nigéria e Zâmbia (OLIVEIRA, 1987). O crescente aumento da importância de acordos comerciais com países africanos demandou melhoria na estrutura do Itamaraty para administrar essas relações. Por isso, a Divisão de África, criada no governo de Jânio Quadros, foi desvinculada da Subsecretaria-Geral para Europa Ocidental e incluída em uma recém-criada subsecretaria exclusiva para África e Oriente Médio (SANTANA, 2004).

Em 1969 foi inaugurada a primeira ligação aérea entre Brasil e África do Sul, que se tornou a maior parceira do país no continente. Nesse mesmo ano, foi apresentado pela primeira vez o projeto de um pacto militar do hemisfério sul, conhecido como Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), com o objetivo de promover a defesa contra a expansão comunista (PENNA FILHO, 2013). Essa iniciativa não saiu do papel, uma vez que oficializar tratados militares com a África do Sul traria problemas para o Brasil perante a ONU e demais países que promoviam sanções àquele país em razão do *Apartheid*.

Em 1969, Emílio Garrastazu Médici tornou-se o terceiro presidente militar do Brasil, seguindo como diretriz para as relações internacionais a “Diplomacia do Interesse Nacional”, programa pautado na inserção do país no sistema mundial, configurando-se peça importante no jogo político e econômico global. O objetivo era criar um “Brasil Potência”, ou seja, um país que abandonaria o subdesenvolvimento e tornar-se-ia desenvolvido (OLIVEIRA, 1987). Para alcançar

tal objetivo foi necessária uma ruptura ideológica do governo e uma flexibilidade diplomática, aberta a diversificação de alianças, pois não só o terceiro mundo tornou-se protagonista das relações comerciais e diplomáticas, como também a Europa Oriental, Japão e América Latina. Contudo, a tradicional aliança com Portugal e Estados Unidos permaneceu inalterada (NASCIMENTO, 2010).

As novas definições das diretrizes políticas e econômicas despertaram animosidades entre diferentes áreas do governo, como a disputa entre o Ministro da Fazenda, Delfim Netto, e o Ministro das Relações Exteriores, Gibson Barboza. Enquanto o primeiro:

Favorecia o acesso aos mercados africanos por intermédio de Portugal e a manutenção dos fortes laços comerciais com a África do Sul, Gibson defendia uma posição mais independente e de caráter anticolonialista, a fim de melhorar as relações do país com o continente africano como um todo, buscando aproximar-se diretamente dos estados africanos independentes. (FERREIA, 2013, p.66).

Essa desavença entre os ministros evidenciava as mudanças operadas no governo, a permanência das relações com Portugal e o alinhamento dos dirigentes embebidos desse tradicionalismo que necessitava se adaptar aos novos tempos, não mais caracterizados por rígidas ideologias e apego à cultura ocidental europeia.

De 25 de outubro a 22 de novembro de 1972, o Ministro das Relações Exteriores, Gibson Barboza, realizou importante viagem pelo continente africano, o grande legado dos seus quatro anos como ministro, simbolicamente o marco significativo da retomada dos laços do Brasil com África. Ao todo, nove países (todos politicamente moderados e com independências que não passaram por conflitos de libertação) foram visitados: Senegal, Nigéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Gabão, Camarões, Zaire e Senegal. Para Jerry D'Ávila (2011, p.189):

A escolha desses países, e a ordem da visita tinham a intenção de transmitir mensagens para três públicos distintos. Gibson queria definir o Brasil diante dos líderes africanos; apresentar a África como sendo significativa para o público e militares brasileiros; e indicar as autoridades portuguesas que uma mudança era necessária.

Cabe destacar que o governo de Médici é até hoje considerado o mais duro e repressivo de todo o período da ditadura militar, momento em que Gibson Barboza precisou lidar com vários sequestros de diplomatas estrangeiros organizadas pela oposição armada. Foram sequestrados os embaixadores dos Estados Unidos, da Suíça e da Alemanha, além do cônsul do Japão. A onda de violência e repressão chegou a atingir a viagem do Ministro à África, pois um dos jornalistas (jornal *O Estado de São Paulo*) que acompanhava a missão foi proibido pela aeronáutica brasileira – que forneceu o avião para viagem –, de embarcar, sob a alegação de envolvimento em atividades subversivas (D'ÁVILA, 2011).

Em fevereiro do ano seguinte, em 1973, outra missão foi organizada pelo Itamaraty, dessa vez com um caráter estritamente comercial.⁵ Diferentes países foram visitados durante 33 dias, e acordos pontuais de venda de tecnologia brasileira e projetos de infraestrutura foram assinados. Essa segunda viagem compôs-se de pessoas de diferentes áreas dentro do governo e representantes de empresas estatais e privadas, nacionais e internacionais.

Os frutos dos esforços do Brasil em conquistar novas alianças e parcerias comerciais com o continente africano foram refletidos nos números da economia. Na década de 1970, as exportações brasileiras aumentaram 129% enquanto as exportações para África cresceram 300%, a maior parte em produtos industrializados. Desse modo, os países africanos passaram a receber 8% das exportações brasileiras, e 13% do total de produtos importados pelo Brasil eram de origem africana (NASCIMENTO, 2010).

É importante frisar que o vertiginoso crescimento de relações políticas, diplomáticas e econômicas com o continente africano não adentrou os países colônia de Portugal. A posição do Brasil, de defesa do livre-arbítrio dos povos, de condenação do colonialismo não se aplicava às colônias portuguesas ainda nesse momento, visto proclamar a inexistência de colônias portuguesas, mas províncias ultramarinas.

A política externa implementada por Ernesto Geisel, o quarto presidente militar, que governou de 1974 a 1978, foi chamada de “pragmatismo responsável e ecumênico”, e marcou o ápice das relações brasileiras e africanas que acarretaram em recordes dos números do comércio. Geisel procurou diversificar as relações do Brasil, e no continente africano, ele optou pelos países recém-criados, ao invés da África do Sul, e isso representou uma grande mudança nas

⁵ A título de informação, em 1973, o Brasil mantinha seis embaixadores creditados em dezessete países da África, enquanto quinze embaixadas africanas já estavam estabelecidas em Brasília.

prioridades do governo, que buscou se adaptar a nova realidade da ordem internacional e superar as fronteiras ideológicas impostas a partir de Castello Branco. Para Saraiva e Vigevani,

Abriu-se lugar a uma nova formulação do que seriam os interesses nacionais. Para viabilizá-los, seria preciso uma diversificação das relações econômicas externas independentemente de questões de cunho ideológico. A especificidade do PR [pragmatismo responsável] foi a forma agressiva como essa diversificação foi perseguida, com relações de um tipo novo de países muito diferentes, da República Federal da Alemanha a Angola e Iraque. (SARAIVA; VIGEVAZI, 2014, p.223).

O pragmatismo defendido por Geisel sugeria avaliar cada problema de forma particular, sem princípios rígidos, de acordo com a necessidade brasileira. Essa forma de política foi considerada por muitos como incoerente, ora pendendo para os países em desenvolvimento, ora para os do terceiro mundo. Na realidade, ela era extremamente calculada, visando atender única e exclusivamente os interesses nacionais, sem mais carregar o ônus de alianças como a estabelecida anteriormente com Portugal.

A elementar amostra dessa nova postura brasileira foi o reconhecimento da independência da Guiné Bissau, primeira ex-colônia portuguesa reconhecida pelo Brasil como Estado independente, em 1 de julho de 1974. O Brasil pronunciou-se sem qualquer consulta prévia a Portugal, prática indicativa do rompimento com o Tratado da Amizade e da Consulta, firmado em 1953. Poucos meses depois, uma embaixada foi criada em Guiné Bissau, e com esse gesto, o Itamaraty preparou-se para uma investida na África de língua oficial portuguesa (PENNA FILHO; LESSA, 2007).

Em 1979, empossado o 5º e último presidente militar do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, que governou até 1985, sendo sua gestão marcada pela a transição da ditadura para a democracia, finalmente restaurada pelo seu sucessor, José Sarney. Diplomáticamente, Figueiredo deu continuidade aos postulados de Geisel, pautando-se em diretrizes denominadas de “Universalismo”, tentando manter a autonomia da política externa e a presença brasileira em todos os continentes.

A década de 1980 envolveu um contexto mundial e nacional menos favorável ao governo, quando o segundo choque do petróleo, causado pela Guerra do Irã e pela primeira Guerra do Golfo, afetou diversos países. O Brasil conseguiu

enfrentar a situação sem a necessidade de racionamento, mas o preço do barril foi sentido na balança comercial, constantemente desfavorável, refletindo no aumento constante da inflação.

No governo Figueiredo, as relações com África foram mantidas na mesma intensidade, sendo ele o primeiro presidente brasileiro e sul-americano a visitar o continente, em 1983. Figueiredo visitou Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Argélia e Nigéria, o maior parceiro comercial africano. Em sua gestão, 7 chefes de Estado africanos visitaram o Brasil e o país manteve relações diplomáticas com 45 dos então 52 países africanos. Havia 21 embaixadas brasileiras no continente, e 13 embaixadas de países da África em Brasília (LECHINI, 2008). Apesar das dificuldades da década de 1980, durante o governo Figueiredo as exportações para África bateram recordes, chegando a 9,3% do total das exportações brasileiras (SARAIVA; VIGEVANI, 2014).

A política externa, denominada de “Universalismo”, mantinha ideias do pragmatismo, ou seja, do não alinhamento automático e a não existência de aliados preferenciais. Foram mantidas relações com os países do primeiro e terceiro mundo, mas a prioridade do governo pautou-se em relacionamentos sul-sul, mais especificamente América Latina e África. Em relação aos Estados Unidos, a posição brasileira foi de um distanciamento cada vez maior (OLIVEIRA, 1987).

O presidente Figueiredo, diante da conjuntura de crise econômica eminente, seguiu as posturas políticas de seus antecessores e reforçou os laços políticos com países africanos, como percebemos a partir de sua viagem ao continente. Contudo, economicamente, diminuíram as relações mercantis (PENNA FILHO, 2009).

Na segunda metade da década, a crise financeira abateu-se sobre os dois lados do Atlântico. No Brasil, as taxas de juros do dólar, de 3% a 4% em 1973, subiram para 22% e 23% nos anos 1980. Essa situação, aliada ao engessamento provocado pelos novos empréstimos junto ao FMI, na segunda crise do petróleo em 1979, inviabilizam o financiamento de linhas de crédito para o comércio com África. A dívida externa brasileira, de US\$25 bilhões de dólares em 1975, alcançou o número de US\$105 bilhões em 1985. O crescimento do país teve uma taxa claramente baixa (2,1%) ao ano e a participação da indústria no Produto Interno Bruto diminuiu de 33,7% para 29,1% na década de 1980 (RIBEIRO, 2010).

Já nos parceiros africanos do Brasil, a instabilidade política e os golpes de estado aliados aos efeitos da dívida externa e a insuficiência de recursos para investir em desenvolvimento fragilizam as economias africanas, submetidas ao

rigoroso plano de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial, o que impedia a capacidade de comércio com os outros países do terceiro mundo (SANTANA, 2004). Assim, em 1986 as exportações para África reduziram para 4,6%, diminuindo ainda mais nos anos seguintes (SANTANA, 2004).

A crise financeira teve de ser enfrentada por José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney, primeiro presidente civil brasileiro após o período da ditadura civil-militar (1964-1985). O governo Sarney (1985-1990) manteve as diretrizes de Geisel e Figueiredo e, mesmo com a transição de um regime autoritário para democrático, a política africana era coerente e já possuía certa autonomia. Sarney fez duras críticas ao regime de *apartheid* da África do Sul e liderou nas Nações Unidas o processo que culminou na declaração, em 1986, do Atlântico Sul como uma Zona de Paz e Cooperação, bloqueando o projeto de liderança da África do Sul na região (SARAIVA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa narrativa, buscou-se inscrever as relações entre Brasil e África na duração do tempo histórico, mostrando um breve panorama da política externa brasileira em relação ao continente africano durante o período da ditadura.

Cada presidente desse período traçou suas metas e planos de ação para a política externa, culminando em um panorama de rupturas e permanências. Letícia Pinheiro definiu esses projetos de política externa em dois grupos: o americanismo e o globalismo, que seriam:

O americanismo vê numa aliança com os Estados Unidos os recursos para a economia do país e um meio de conquistar poder no sistema internacional. A parceria entre os dois países seria pragmática e permitiria ganhos mútuos. Ao contrário, o globalismo sugere, para o Brasil alcançar sua autonomia, a busca por recursos de poder e insumos para o desenvolvimento por meio da diversificação de parceiros. (SARAIVA; VIGEVANI, 2014, p.218).

A característica do americanismo é percebida de forma mais contundente na política externa de Castello Branco, enquanto o globalismo marcou o período Geisel. Porém, ambos estão presentes mais ou menos marcadamente em todos os presidentes do período a que este artigo se dedicou. As influências internas e externas também exerceram poder nas decisões tomadas no palco das relações

internacionais, e certamente o contexto da Guerra Fria, a luta contra o comunismo, a presença marcante da ONU, o *lobby* português e o *Apartheid* definiram os rumos, as aproximações e distanciamentos do Brasil e dos países que compõem o continente africano.

AFRICA DIVISION: THE GUIDELINES OF THE BRAZILIAN FOREIGN POLICY FOR THE AFRICAN CONTINENT DURING THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL (1964 - 1985)

ABSTRACT: *This article aims to understand how the civil-military dictatorship in Brazil elaborated its foreign policy for the African continent between 1964 and 1978. Through mainly bibliographical sources, the intention of the text is to show the actions of the dictatorial government and the Ministry of International Relations in the face of the challenges of establishing political and economic relationships with several countries in sub-Saharan Africa.*

KEYWORDS: *Civil-Military Dictatorship. History of International Relations. Africa, African Studies.*

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, S. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, C. et al. (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.29-46.

DANTAS, R. de S. **África difícil**: missão condenada. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1965.

D'ÁVILA, J. **Hotel trópico**: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FERREIRA, W. Revisitando a África na política externa brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v.11, n.1, p.57-71, jan./jun. 2013.

LECHINI, G. O Brasil na África ou a África no Brasil? a construção da política africana pelo Itamaraty. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, out. 2008. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/o-brasil-na-africa-ou-a-africa-no-brasil-a-construcao-da-politica-africana-pelo-itamaraty/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MOTTA, R. P. S. **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NASCIMENTO, A. F. A formação da identidade coletiva entre o Brasil e a África na política externa brasileira. **Fronteira**, Belo Horizonte, v.9, n.18, p.27-48, 2010.

OLIVEIRA, H. A. de. **Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África**. 1987. 339f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

PENNA FILHO, P. **A parceria africana: as relações Brasil – África do Sul**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

PENNA FILHO, P. **A evolução da política africana no Brasil contemporâneo**. Trabalho apresentado no II Encontro Memorial “Nossas Letras na História da Educação”, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Mariana, 2009.

PENNA FILHO, P. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.44, n.1, p.69-93, 2001.

PENNA FILHO, P.; LESSA, A. C. M. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.39, p.57-81, jan./jun. 2007.

RIBEIRO, C. O. Adjustment changes: a política africana do Brasil no pós-Guerra Fria. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n.35, p.55-79, fev. 2010.

RIBEIRO, C. O. Brasil, África, Portugal: da política externa independente à criação da CPLP. **Leviathan**, São Paulo, n.1, p.99-117, 2004.

SANTANA, I. de. Relações econômicas Brasil-África: a câmara de comércio afro-brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p.517-555, 2004.

SANTANA, I. de. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.46, n.2, p.113-137, 2003.

SARAIVA, J. F. S. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SARAIVA, M. G.; VIGEVANI, T. Política externa do Brasil: continuidade em meio à descontinuidade de 1961 a 2011. In: REIS, D. A.; RIDENTE, M.; MOTTA, R. P.

S. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.216-234.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1879 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIRINELLI, J.-F. **Abrir a história**: novos olhares sobre o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Recebido em 14 de outubro de 2017

Aprovado em 8 de janeiro de 2018